



### 3.0 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL

#### 3.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo apresentar e contextualizar as normas legais aplicáveis ao licenciamento ambiental do Terminal Sul, empreendimento que está sendo analisado através do presente Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) submetido à apreciação do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Como será demonstrado ao final, o empreendimento está em conformidade com o sistema normativo vigente, não encontrando nenhum obstáculo legal para a sua implementação.

Metodologicamente, adotou-se o critério de analisar a principal legislação aplicável, identificando-se os pontos que porventura possam ser controversos, demonstrando que não existe obstáculo legal à implantação do empreendimento. Não se fará uma mera relação de normas e leis que, de resto, são de pleno conhecimento do órgão de controle ambiental. Tal relação será apresentada ao final do presente capítulo.

#### 3.2 ASPECTOS LEGAIS GERAIS

Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.* De acordo com o artigo 2º da Lei, a Política Nacional do Meio Ambiente objetiva a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A Política Nacional de Meio Ambiente em seu art. 10 determina que “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, sem prejuízo de outras licenças exigíveis”.

#### Constituição Federal de 05 de outubro de 1988

A CF/88 destinou capítulo específico para a defesa do meio ambiente (Capítulo VI do Título VIII), estipulando o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado a todos (presentes e futuras gerações) e impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Em seu parágrafo 2º, determina que “aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei”.



Além deste capítulo específico, a defesa do meio ambiente passou a ser considerada como um princípio a ser respeitado pelo desenvolvimento econômico, de acordo com os ditames do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o artigo 170 da Constituição Federal de 1988 determinou que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”, observada a defesa do meio ambiente, dentre outros princípios.

Por outro lado, a Constituição Federal, em seu art. 3º, que trata dos Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil, estabelece a obrigatoriedade de se garantir o desenvolvimento nacional e de erradicar a pobreza e a marginalização e ainda reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente.

A chamada lei dos crimes ambientais pretendeu substituir todas as sanções criminais dispostas de forma esparsa em vários textos legais voltados à proteção ambiental (Código Florestal, o Código de Caça, o Código de Pesca e a própria Lei Federal nº 6.938/81). Os principais pontos da Lei Federal nº 9.605 de 13.02.1998 estão elencados abaixo:

1. *Responsabilização Criminal:* será determinada pela culpabilidade do agente, descartando a possibilidade de responsabilidade objetiva (sem necessidade de comprovação de culpa) também para efeitos criminais. Este mesmo artigo determina que poderão ser responsabilizados não apenas o indivíduo que deu ensejo direto ao dano, como também o diretor, o administrador, o membro do conselho e do órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica. Além disso, essa lei inovou ao estabelecer a responsabilização criminal da pessoa jurídica, sem excluir as pessoas físicas que possam ser havidas como autoras e co-autoras do mesmo fato danoso.
2. *Desconsideração da Personalidade Jurídica:* Será possível sempre que a pessoa jurídica for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.
3. *Penas Alternativas:* As penas cominadas aos crimes são severas (art. 6º a 24) e podem ser privativas de liberdade (detenção e reclusão), restritivas de direito (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, cassação temporária de autorização ou licença, suspensão de atividades etc.) e pena pecuniária (multa). Para as pessoas jurídicas são aplicáveis as penas de multa, restritivas de direitos, prestação de serviços à comunidade, liquidação forçada e perda de bens e valores (arts. 21/24).



4. *Infrações Administrativas – Multa:* Também são previstas infrações administrativas (arts. 70/76) para toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.
5. *Estudos de Impacto Ambiental* - Em seu artigo 225, VI determina-se a possibilidade de ser exigido estudo prévio de Impacto Ambiental para instalação de atividades ou obra potencialmente poluidora causadora de significativa degradação ambiental, na forma estabelecida pela legislação regulamentar (Resoluções Conama nº237/97 e 001/86).

### 3.3 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental é um processo administrativo desenvolvido pelos órgãos de controle ambiental dos três níveis da federação sempre que se pretenda instalar um empreendimento efetiva ou potencialmente causador de degradação ambiental, sendo a degradação considerada *significativa*, o licenciamento deverá incorporar um EIA/RIMA, o qual deverá ser amplamente divulgado e difundido, garantindo-se a mais ampla publicidade entre os interessados. O licenciamento ambiental é uma medida preventiva, com vistas a reduzir ao mínimo possível os impactos negativos sobre o meio ambiente.

O artigo 1º, inciso I, da Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“Conama”), define o licenciamento ambiental como o “*procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso*”.

Conforme o artigo 23 da Constituição Federal, todos os entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) estão aptos a proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como conservar as florestas, a flora e a fauna.<sup>1</sup> Por sua vez, o artigo 24 da Carta Política determina competir à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Artigo 23 da Constituição Federal – É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora; (...)

<sup>2</sup> Artigo 24 da Constituição Federal – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico,



No que se refere especificamente ao licenciamento ambiental das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, adota como regra geral a fixação da competência estadual para o licenciamento ambiental, e, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”):

“Art. 10 – A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.”

Dessa forma, o processo de licenciamento ambiental do Terminal Sul está sendo conduzido pelo INEA, conforme o disposto no caput do artigo 10 da Lei Federal nº 6.938/81 e no artigo 5º da Resolução Conama nº 237/97.

Vale ressaltar que o INEA está conduzindo o licenciamento ambiental do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), do Terminal Portuário Privativo do Açú, das Usinas Termelétricas (UTES) Açú I e II, Unidade de Construção Naval do Açú (UCN Açú) e de outros empreendimentos situados no DISJB e na Zona Industrial do Porto do Açú (ZIPA), partes integrantes do Complexo Logístico e Industrial do Açú (CLIPA), de modo que o referido órgão ambiental estadual poderá realizar uma análise integrada dos impactos positivos e negativos de tais empreendimentos, avaliando a sinergia entre eles.

O Terminal Sul está sujeita ao licenciamento ambiental, conforme o disposto na Resolução Conama nº 237/97 – no presente caso, enquadrada na atividade de transporte, terminais e depósitos, na modalidade de “ transporte por dutos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos” – e no Decreto Estadual nº 42.159, de 02 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental (“SLAM”) e dá outras providências, que previu a atividade em questão nos Grupos 12 e 14 do Anexo 01. **3**

---

cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (...)

<sup>3</sup> Grupo 12 – Mecânica: Fabricação e montagem de máquinas, aparelhos e equipamentos. Fabricação de peças e acessórios para máquinas, aparelhos e equipamentos. Fabricação e montagem de máquinas e aparelhos para indústrias. Serviços industriais de usinagem, soldas e semelhantes. Reparação ou manutenção de máquinas e equipamentos. Grupo 14 – Material de Transporte: Construção de embarcações. Construção e montagem de aviões. Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários. Fabricação e montagem de máquinas,



### 3.3.1 Etapas do Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental é um procedimento complexo, composto por uma sequência de fases que se relacionam entre si. Como regra geral, o artigo 10 da Resolução Conama nº 237/97 estabelece que o licenciamento ambiental deve obedecer às seguintes etapas:

- (i) Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;
- (ii) Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;
- (iii) Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;
- (iv) Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
- (v) Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;
- (vi) Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
- (vii) Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico; e
- (viii) Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

Uma vez deferido o pedido de licença mencionado no item (viii) acima, o procedimento se desdobra em etapas de emissão de licenças ambientais, das quais, importa citar as seguintes, nos termos do Decreto Estadual nº 42.159/09:

- (i) Licença Prévia (“LP”): ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental, na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprova sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua

---

turbinas, motores, caldeiras, locomotivas, vagões e máquinas. Fabricação de componentes, peças e acessórios para embarcações, aviões e veículos rodoviários e ferroviários.



- implantação. Seu prazo de validade será no mínimo o estabelecido no cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos e no máximo de 05 (cinco) anos;
- (ii) Licença de Instalação (“LI”): ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante. A LI pode autorizar a pré-operação, por prazo especificado na licença, visando à obtenção de dados e elementos de desempenho necessários para subsidiar a concessão da Licença de Operação. Seu prazo de validade será no mínimo o estabelecido no cronograma de instalação e pré-operação e no máximo de 06 (seis) anos. Nos casos em que a LI for concedida com prazo de validade inferior ao máximo, com base no cronograma apresentado, e este vier a sofrer atrasos, o prazo de validade da licença poderá ser ampliado até o limite máximo de 06 (seis) anos, mediante requerimento do titular da licença, desde que comprovada a manutenção do projeto original e das condições ambientais existentes quando de sua concessão; e
- (iii) Licença de Operação (“LO”): ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental autoriza a operação de atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas para a operação. Será concedida para empreendimentos e atividades implantados, com base em constatações de vistoria, teste de pré-operação ou qualquer meio técnico de verificação do dimensionamento e eficiência do sistema de controle ambiental e das medidas de mitigação implantadas, e seu prazo de validade será no mínimo de 04 (quatro) anos e no máximo, de 10 (dez) anos neste último caso quando comprovada a implementação voluntária de programa eficiente de gestão ambiental. Nos casos em que a LO for concedida com prazo de validade inferior ao máximo, poderá ter seu prazo de validade ampliado até o limite de 10 (dez) anos, mediante requerimento do titular da licença, quando constatadas, cumulativamente: (i) a manutenção das condições ambientais existentes quando de sua concessão; (ii) a implementação voluntária de programa eficiente de gestão ambiental; (iii) a inexistência de denúncias e autos de constatação e de infração; e (iv) a correção das não conformidades decorrentes da última auditoria ambiental realizada.

Importante ressaltar que tais licenças ambientais também estão previstas no artigo 8º da Resolução Conama nº 237/97.





### 3.3.2 EIA/RIMA e Audiência Pública

O artigo 225, §1º, inciso IV, da Constituição Federal, dispõe que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público “*exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade*”. De forma semelhante, o artigo 261, §1º, inciso X, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, quando atribui ao Poder Público a obrigação de “*condicionar, na forma da lei, a implantação de instalações ou atividades, efetiva ou potencialmente causadoras de alterações significativas do meio ambiente à prévia elaboração de estudo de impacto ambiental, a que se dará publicidade*”.

Em síntese, conforme leciona Paulo de Bessa Antunes, o EIA é “*o conjunto de pesquisas que se fazem necessárias para avaliar o impacto ambiental de um determinado empreendimento*”.<sup>4</sup> Por sua vez, o referido autor define o RIMA como “*parte integrante do EIA e tem por finalidade fazer com que conceitos técnicos e científicos sejam acessíveis à população em geral*”.<sup>5</sup>

No âmbito federal, o EIA/RIMA encontra base legal na Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece um rol exemplificativo de atividades sujeitas ao referido estudo, bem como fixa diretrizes gerais e o conteúdo mínimo para a sua elaboração.<sup>6</sup>

No Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 1.356, 03 de outubro de 1988, que dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos estudos de impacto ambiental, prevê no seu artigo 1º que o licenciamento da implantação e da ampliação da instalação e/ou atividade de portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos dependerá da elaboração do EIA/RIMA a serem submetidos à aprovação da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA.

Destaca-se ainda que, no Estado do Rio de Janeiro, a elaboração do EIA/RIMA deve atender às normas previstas na Deliberação CECA nº 3.663, de 28 de agosto de 1997, que aprova a DZ-041.R-13.

A audiência pública, que tem como objetivo expor aos interessados o conteúdo do EIA/RIMA, dirimir as eventuais dúvidas e colher críticas e sugestões, está prevista no artigo 11, §2º, da Resolução Conama nº 001/86. Tal ato visa a garantir a participação

---

<sup>4</sup> ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, 11ª Ed., p. 304.

<sup>5</sup> Idem, p. 304.

<sup>6</sup> Nesse rol exemplificativo, consta a atividade de “abertura de canais para navegação”, como se denota do artigo 2º, inciso III e VII, da Resolução CONAMA nº 001/86, o que faz parte do projeto Terminal Sul.



popular nos processos de licenciamento ambiental e também está regulamentado pela Resolução Conama nº 009, de 03 de dezembro de 1987, que estabelece, em seu artigo 2º, que *“sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o órgão de meio ambiente promoverá a realização de audiência pública”*.

No Estado do Rio de Janeiro, para a realização da audiência pública relativa do Terminal Sul, será observado o disposto no artigo 5º da Lei Estadual nº 1.356/88, nas Deliberações CECA nº 2.555/1991; nº 4.093/2001; nº 4.845/2007 e na Deliberação CECA/CN nº 4662/2006.

### **3.4 PROTEÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS**

O Governo Brasileiro endossa diversos tratados internacionais voltados ao estabelecimento de estratégias de proteção ambiental em escala global.

Um dos acordos internacionais de maior uso no que se refere à navegação em alto mar é a Convenção Internacional para Prevenção da Poluição causada por Navios (MARPOL). Dentre os inúmeros critérios estabelecidos destacam-se:

- Anexo 1, a prevenção da poluição por óleo;
- Anexo 4, a limitação na descarga de esgoto dos navios, e;
- Anexo 5, a categoria dos tipos de lixo gerados em uma embarcação e as suas formas de disposição final.

Em 1940 foi assinada a Convenção sobre Proteção à Natureza e a Preservação da Vida Selvagem no Hemisfério Leste, entrando em vigor no Brasil em 1965. Este tratado tem como objetivo preservar todas as espécies e gêneros de fauna e flora, nativos da América, da extinção e preservar áreas de valor estético, histórico ou científico.

Em 1972 ocorre a Convenção sobre a Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos, assinada pelo Brasil em 1982, através do Decreto nº 87.566, de 16 de setembro de 1982. Dentre seus principais objetivos encontram-se o controle de poluição do mar e o estímulo ao estabelecimento de acordos regionais suplementares à mesma.

No ano de 1982 foi assinada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e a Proteção do Meio Ambiente. Este acordo passou a vigorar no Brasil em 1994, através do Decreto nº 1530, de 22/06/95. Esta Convenção estabeleceu diretrizes amplas a fim de prevenir, reduzir e controlar a poluição proveniente de navios. O artigo 194 dispõe sobre





poluição de instalações e dispositivos usados na exploração de recursos naturais, sobretudo no tocante às medidas para prevenir acidentes e lidar com emergências.

A convenção das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 1, de 03 de fevereiro de 1994, visa estabilizar as concentrações dos gases de efeito estufa na atmosfera em níveis que não sejam capazes de provocar mudanças irreversíveis e calamitosas ao sistema climático. Ainda, foi estabelecido que cabe aos países em desenvolvimento a formulação e implementação de programas nacionais que visem mitigar a ação de impactos ambientais que tenham efeito sobre a mudança do clima. No Brasil o programa nacional será efetuado após a conclusão do inventário nacional de gases de efeito estufa.

### **3.5 UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE SUPRESSÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE VEGETAÇÃO DO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA**

Considerando a importância dos Portos e Terminais no contexto nacional, é possível estabelecer a base conceitual dos elementos mínimos essenciais para o necessário enquadramento das atividades destes empreendimentos no âmbito das exceções legais capazes de autorizar a supressão de vegetação e a intervenção em Área de Preservação Permanente ("APP"), bem como de supressão e/ou intervenção na vegetação do Bioma Mata Atlântica.

#### **3.5.1 APPs**

Previstas na Lei Federal nº 4.771, de 15 de dezembro de 1965 ("Código Florestal"), as APPs são espaços territoriais protegidos definidos, no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da referida lei, como: *"área protegida nos termos dos artigos 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas"*.

No âmbito do Código Florestal, as APPs contidas no artigo 2º são áreas protegidas por imposição legal, de que são exemplos as florestas e demais formas de vegetação situadas (i) ao longo dos rios ou qualquer curso d'água; (ii) ao redor de lagoas e lagos; (iii) no topo de morros, montes, montanhas ou serras; e (iv) nas restingas, como fixadora de dunas ou estabilizadoras de mangues.



De acordo com o artigo 4º do Código Florestal,<sup>7</sup> a supressão de vegetação em APP pode ser autorizada nos casos de utilidade pública ou interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto. Além disso, o parágrafo 3º do referido artigo também previu a hipótese de supressão eventual e de baixo impacto ambiental em APP.

O Código Florestal também estabelece as definições de utilidade pública e interesse social. Dessa forma, conforme o disposto no seu artigo 1º, parágrafo 2º, incisos IV, do mencionado diploma legal, considera-se utilidade pública (i) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária; (ii) as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia; e (iii) as demais obras, planos, atividades ou projetos previstos em resolução do Conama; Já o interesse social está presente nas (i) atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, conforme resolução do Conama; (ii) atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar, que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área; e (iii) demais obras, planos, atividades ou projetos definidos em resolução do Conama.

Observe-se que o Código Florestal atribuiu ao Conama a competência para regulamentar as demais hipóteses que fundamentariam a supressão de vegetação em APPs por utilidade pública ou interesse social. Com esse respaldo, foi editada a Resolução Conama nº 369, de 28 de março de 2006, que estabeleceu outros casos excepcionais, de utilidade pública,

---

<sup>7</sup> Artigo 4º do Código Florestal - A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

§ 1º A supressão de que trata o caput deste artigo dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana, dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico.

§ 3º O órgão ambiental competente poderá autorizar a supressão eventual e de baixo impacto ambiental, assim definido em regulamento, da vegetação em área de preservação permanente.

§ 4º O órgão ambiental competente indicará, previamente à emissão da autorização para a supressão de vegetação em área de preservação permanente, as medidas mitigadoras e compensatórias que deverão ser adotadas pelo empreendedor.

§ 5º A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, ou de dunas e mangues, de que tratam, respectivamente, as alíneas "c" e "f" do art. 2º deste Código, somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.

(...)



interesse social ou baixo impacto ambiental, nos quais é possível intervir ou suprimir vegetação em APP, reforçando, contudo, as seguintes hipóteses:

“Art. 2º – O órgão ambiental competente somente poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP, devidamente caracterizada e motivada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, e atendidos os requisitos previstos nesta resolução e noutras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano de Manejo das Unidades de Conservação, se existentes, nos seguintes casos:

I - utilidade pública:

- a) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária;
- b) as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia;
- (...)”

Não se encontra nenhuma dificuldade em enquadrar um terminal portuário como atividade de utilidade pública, seja como elemento concorrente para (i) a infraestrutura de transporte, seja como (ii) parte da indústria do petróleo, contribuindo diretamente para as atividades de exploração e produção; seja para as atividades de importação e exportação de produtos diversos previstas para o Terminal Sul, como:

- Importação de carvão, pet coke, sinter feed e calcário;
- Exportação de produtos siderúrgicos;
- Operações com *supply boats* para apoio marítimo a plataformas e operações *offshore*;
- Operações de armazenamento de combustíveis e abastecimento (*bunkering*) de navios;
- Movimentação de produtos químicos (ácido sulfúrico, soda cáustica líquida, entre outros);
- Exportação de ferro-gusa;
- Exportação de escória;
- Exportação de rochas ornamentais
- Fabricação e montagem de dutos flexíveis para a produção de O & G (óleo e gás);
- Reparos em navios e plataformas de perfuração e produção de O & G (óleo e gás).

Resulta claro do texto legal que “as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia” são contempladas como uma das possibilidades legais para que o órgão ambiental autorize seja a supressão, seja a simples intervenção em APPs.

Vale observar que, em nenhum momento, o legislador se referiu aos “serviços públicos prestados diretamente pelo Estado”. Ao contrário, limitou-se o legislador a formular referência ao serviço público. Registre-se que, no particular, o legislador andou bem, seja porque a natureza pública do serviço independe do regime jurídico de seu prestador; seja porque é evidente não ser o Código Florestal o local adequado para a definição de serviço público. Ademais, quando o legislador disse: obras essenciais de “estrutura destinadas aos serviços públicos”, obviamente, *ele não disse obras essenciais realizadas pelo serviço público*. É tranquilo que a atividade petrolífera, em todas as suas fases, está submetida ao monopólio da União que o exerce por delegação e concessão a terceiros. *A instalação do Terminal Sul é uma atividade que propicia a infra-estrutura que se destina ao monopólio do União no setor petróleo, atividade de inquestionável caráter público, quando não fosse por estar submetida ao regime constitucional do monopólio, dentre outras atividades previstas e já citadas no item anterior.*

Como visto anteriormente, o Terminal Sul pode ser caracterizado como atividade de utilidade pública, de forma a possibilitar eventual intervenção em APP, sobretudo, quando expressamente reconhecido pela Administração do Estado do Rio de Janeiro. É certo que, dada a natureza da atividade a ser empreendida, necessário se faz que ela tenha acesso direto ao mar, não havendo, portanto, outra hipótese possível tecnicamente.

No âmbito estadual, destaca-se ainda a Lei Estadual nº 1.315, de 07 de junho de 1988, que institui a Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro e a Lei Estadual nº 1.130, de 12 de fevereiro de 1987, que estabelece áreas de interesse especial do Estado, compreendendo as faixas marginais de proteção (“FMPs”) dos rios, lagos, lagoas e reservatórios d’água, as ilhas fluviais e lacustres, do domínio público, estabelecidas conforme critérios técnicos e regulamentares de ordem hidrográfica, geológica, geotécnica e ecológica.

De acordo com o Decreto Estadual nº 42.356, 16 de março de 2010, que dispõe sobre o tratamento e a demarcação das FMPs<sup>8</sup> nos processos de licenciamento ambiental e de emissões de autorizações ambientais no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências, as APPs previstas no artigo 2º, alínea “a”, do Código Florestal, e as FMPs a que se referem a Constituição do Estado do Rio de Janeiro e a legislação estadual serão tratadas de forma unificada, sendo demarcadas pelo INEA.

Por fim, cumpre salientar que o Decreto Estadual nº 41.612, de 23 de dezembro de 2008, dispõe sobre a definição de restingas no Estado do Rio de Janeiro e estabelece as tipologias e as caracterizações ambientais da restinga, principal vegetação ocorrente nas áreas de influência do empreendimento. Nada disto, contudo, impede a atividade pretendida.

---

<sup>8</sup> O regime jurídico das FMPs encontra-se aprofundado no item 3.6 deste Capítulo, que trata dos Recursos Hídricos.



### 3.5.2 Mata Atlântica

A Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências, foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, que são as principais normas federais sobre tema.

Para efeitos de abrangência do regime jurídico do Bioma Mata Atlântica, o artigo 2º da Lei Federal nº 11.428/06, bem como o artigo 1º do Decreto Federal nº 6.660/08, dispõem que a delimitação do referido Bioma corresponde às previsões estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), sendo mencionados as formações nativas e os ecossistemas associados.<sup>9</sup> Nesse sentido, somente os remanescentes de vegetação nativa primária e vegetação nativa secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração na área de abrangência que constem do referido mapa serão regulados pelo regime jurídico de uso e conservação ora analisado.

O regime jurídico do Bioma Mata Atlântica é aplicado de maneira diferenciada por tipologia vegetal. Nesse sentido, a Lei Federal nº 11.428/06 e o Decreto Federal nº 6.660/08 estabelecem regras que variam conforme a classificação da vegetação: (i) primária; e (ii) secundária, em estágio (a) inicial; (b) médio; ou (c) avançado; de regeneração. O corte, a supressão, exploração ou intervenção da vegetação nesse Bioma, portanto, apresenta peculiaridades de acordo com o estado de conservação da área.

Vale ressaltar que o §1º do artigo 4º, da Lei Federal nº 11.428/06 atribuiu ao Conama o poder/dever de definir os aspectos técnicos da referida classificação e estabelecer parâmetros básicos para a sua identificação. No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, esses parâmetros foram previstos na Resolução Conama nº 06, de 04 de maio de 1994, convalidada posteriormente pela Resolução Conama nº 388, de 23 de fevereiro de 2007.

De acordo com o artigo 14, *caput*, da Lei Federal nº 11.428/06, a supressão de vegetação primária<sup>10</sup> e secundária no estágio avançado de regeneração<sup>11</sup> somente poderá ser

<sup>9</sup> Artigo 1º, *caput*, do Decreto Federal nº 6.660/08 – O mapa do IBGE, previsto no art. 2º da Lei nº 11.428/06, contempla a configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas.

<sup>10</sup> Artigo 20 da Lei Federal nº 11.428/06 – O corte e a supressão da vegetação primária do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados em caráter excepcional, quando necessários à realização de obras, projetos ou atividades de utilidade pública, pesquisas científicas e práticas preservacionistas.



autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração<sup>12</sup> poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional para a instalação do empreendimento proposto.

A referida supressão dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente (no caso do Estado do Rio de Janeiro, o INEA), com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente. No entanto, tratando-se de supressão de vegetação no estágio médio de regeneração situada em área urbana, caberá ao órgão ambiental municipal competente a emissão da autorização, desde que o município possua conselho de meio ambiente, com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico.

Com relação à vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, a autorização será emitida pelo órgão ambiental estadual competente e, de acordo com artigo 25, parágrafo único, da Lei Federal nº 11.428/06, nos Estados em que a vegetação primária e secundária remanescente do Bioma Mata Atlântica for inferior a 5% da área original, o corte, a supressão e a exploração da vegetação submeter-se-ão ao regime jurídico aplicável à vegetação secundária em estágio médio de regeneração, ressalvadas as áreas urbanas e regiões metropolitanas.

Importante destacar que os artigos 30 e 31 da Lei Federal nº 11.428/06<sup>13</sup> permitem a supressão de vegetação secundária em estágio avançado e médio de regeneração, para fins

---

<sup>11</sup> Artigo 21 da Lei Federal nº 11.428/06 – O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados: I – em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública, pesquisa científica e práticas preservacionistas; II – Vetado; e III – nos casos previstos no inciso I do art. 30 desta Lei.

<sup>12</sup> Artigo 23 da Lei Federal nº 11.428/06 – O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados: I – em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, pesquisa científica e práticas preservacionistas; II – Vetado; III – quando necessários ao pequeno produtor rural e populações tradicionais para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, ressalvadas as áreas de preservação permanente e, quando for o caso, após a averbação da reserva legal, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; IV – nos casos previstos nos §§1º e 2º do artigo 31 desta Lei.

<sup>13</sup> Artigo 30 da Lei Federal nº 11.428/06 – É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes restrições:

I – nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente e somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que





de edificação, exigindo que seja mantido 50% e 30% da cobertura florestal existente, respectivamente, quando a área estiver localizada em perímetro urbano aprovado até a data de início de vigência do referido diploma legal.

A Lei Federal nº 11.428/06, em seu artigo 3º, incisos VII e VIII, também estabelece as definições de utilidade pública e interesse social. Na presente análise, enfatiza-se aquelas consideradas como de utilidade pública: (i) atividades de segurança nacional e proteção sanitária; e (ii) obras essenciais de infra-estrutura de interesse nacional destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo poder público federal ou dos Estados, onde se enquadra o Terminal Sul.

Por fim, cumpre ressaltar que, conforme o artigo 17 da Lei Federal nº 11.428/06, o corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica.

### 3.6 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A Compensação Ambiental é um instrumento legal que se encontra previsto na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (“SNUC”).

---

garantam a preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei e atendido o disposto no Plano Diretor do Município e demais normas urbanísticas e ambientais aplicáveis; II – nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência desta Lei, é vedada a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica para fins de loteamento ou edificação.

Artigo 31 da Lei Federal nº 11.428/06 – Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei.

§ 1º - Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

§ 2º - Nos perímetros urbanos delimitados após a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração fica condicionada à manutenção de vegetação em estágio médio de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação.



A Lei Federal nº 9.985/00, o artigo 36, regulamentado pelo Decreto 4.340/02, estabelece que sua aplicação é devida somente nos licenciamentos de empreendimentos causadores de significativo impacto, com base em EIA/RIMA.

...

“Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei”.

O parágrafo 1º desta Lei determinava que o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não poderia ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para implantação do empreendimento, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2008 na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3378-6.

A questão da Compensação Ambiental também foi tratada em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (“ADI”) nº 3.378 pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”), tendo aquela Corte pronunciado que “(...) *Compete ao órgão licenciador fixar o quantum da compensação, de acordo com a compostura do impacto ambiental a ser dimensionado no relatório - EIA/RIMA.*”

Após a referida decisão, o Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 foi alterado pelo Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009, passando a considerar para fins de imposição da Compensação Ambiental apenas os impactos considerados negativos aos recursos ambientais. Nesse sentido, foi criada a seguinte metodologia para o cálculo do valor da Compensação Ambiental:

“Art. 31 - Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei n. 9.985, de 2000, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos sobre o meio ambiente.

§1º - O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo.

§2º - O cálculo deverá conter os indicadores do impacto gerado pelo empreendimento e das características do ambiente a ser impactado.



§3º - Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

(...)

Art.31-A - O Valor da Compensação Ambiental - CA será calculado pelo produto do Grau de Impacto - GI com o Valor de Referência - VR, de acordo com a fórmula a seguir:

CA = VR x GI, onde:

CA = Valor da Compensação Ambiental;

VR = Somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais; e GI = Grau de Impacto nos ecossistemas, podendo atingir valores de 0 a 0,5%.

§1º - O GI referido neste artigo será obtido conforme o disposto no Anexo deste Decreto.

§2º - O EIA/RIMA deverá conter as informações necessárias ao cálculo do GI.

§3º - As informações necessárias ao cálculo do VR deverão ser apresentadas pelo empreendedor ao órgão licenciador antes da emissão da licença de instalação.

§4º - Nos casos em que a compensação ambiental incidir sobre cada trecho do empreendimento, o VR será calculado com base nos investimentos que causam impactos ambientais, relativos ao trecho.”

Como se depreende da legislação acima apontada, a Compensação Ambiental somente será devida pelos empreendimentos sujeitos ao EIA/RIMA, tendo por base, exclusivamente, os impactos ambientais negativos ao meio ambiente ocasionados pelo empreendimento, que não possam ser classificados como recuperáveis ou mitigáveis.

Não serão incluídos no cálculo da Compensação Ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no processo de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.



O Estado do Rio de Janeiro não possui lei própria estabelecendo um Sistema Estadual de Unidades de Conservação, devendo o poder público estadual utilizar as normas gerais federais, enquanto não editar a sua legislação própria. Razoável, portanto, que aqueles que pretendem empreender no Estado do Rio de Janeiro tenham como certo que os parâmetros constantes das normas federais serão observados pela administração estadual.

Isto porque, em primeiro lugar, na competência legislativa concorrente, as normas gerais cabem à União, de modo que a competência dos Estados-membros é denominada suplementar, nos termos do que estabelece o artigo 24, *caput* e parágrafos, especialmente o §2º, da Constituição Federal de 1988. Assim, na ausência de lei estadual, deve ser observada a lei federal. Aliás, em inúmeras ocasiões, costuma fazer expressa referência de observância à Lei Federal nº 9.985/00.

Em consonância com o artigo 2º, parágrafo 2º, da Resolução Conama nº 371, de 05 de abril de 2006, que atribui ao órgão ambiental competente a definição da metodologia de gradação de impacto ambiental, foi publicada a Deliberação CECA nº 4.888, de 02 de outubro de 2007, a qual *“estabelece procedimentos para gradação de Impacto Ambiental para fins de Compensação Ambiental, de que trata a lei nº 9.985, de 18/07/2000.”*

A metodologia estabelecida na referida Deliberação fixa em 1,1% o percentual máximo da Compensação Ambiental no Estado do Rio de Janeiro. Ocorre que tal metodologia e a própria Resolução Conama nº 371/06 foram elaboradas antes da decisão do STF proferida no âmbito da ADI nº 3.378, a qual declarou parcialmente inconstitucional o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00. Dessa forma, até a presente data, não foi elaborada nova metodologia de gradação de impacto para fins do cálculo da Compensação Ambiental nos processos de licenciamento ambiental conduzidos pelo INEA, o que se revela necessário, visando à adequação aos novos termos do artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, conferidos pela referida decisão do STF.

Assim, diante do exposto, o cálculo da Compensação Ambiental referente ao Terminal Sul deve ser realizado com fundamento na metodologia estabelecida na legislação federal, uma vez que o Estado do Rio de Janeiro não dispõe atualmente de uma metodologia que esteja em conformidade com o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00.

A Compensação Ambiental, portanto, deve ser recolhida no valor máximo de 0,5% do grau de impacto avaliado, considerando-se os descontos legais já mencionados, conforme Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009.



### 3.7 FAUNA

A seguir são apresentados os documentos legais que protegem a fauna.

Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967. *Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.*

*“Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibido a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”.*

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.*

*“As ações de licenciamento, registro, autorizações, concessões e permissões relacionadas à fauna, à flora, e ao controle ambiental são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente”.*

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente.*

A Lei Federal 9.605 dispõe que “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida tem uma pena de detenção de seis meses a um ano, e multa.

Incorrem nas mesmas penas: quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida; quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural; quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente”.

Instrução Normativa MMA nº 003, de 22 de maio de 2003. *Atualiza a Lista Oficial de Espécies de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.*

Instrução normativa IBAMA nº 146, de 10 de janeiro de 2007. *Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre.*



Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº 6.938/81 e pelas Resoluções Conama nº 001/86 e nº 237/97.

Instrução Normativa IBAMA nº 179, de 25 de junho de 2008. Define as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes.

Para o Estado do Rio de Janeiro utiliza-se como referência para identificação da fauna em extinção a publicação “**A fauna ameaçada de extinção do Estado do Rio de Janeiro**”, de ALVES, M. A. S., J. F. PACHECO, L. A. P. GONZAGA, R. B. CAVALCANTI, M. A. Raposo, C. Yamashita, N. C. Maciel e M. Castanheira. (2000), editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

### **3.8 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL**

Com relação ao levantamento de bens arqueológicos e pré-históricos na área de influência do empreendimento, dever-se-á observar o disposto na Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de cujo texto se extrai o seguinte:

- Fase de Obtenção da LP

Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo. Além disso, a partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospecção e de Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de licenciamento ambiental do empreendimento de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área.

- Fase de Obtenção da LI

Nesta fase, dever-se-á implantar o Programa de Prospecção proposto na fase anterior, o qual deverá prever prospecções intensivas (aprimorando a fase anterior de intervenções no subsolo) nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do projeto e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente





lesivos ao patrimônio arqueológico, tais como áreas de reassentamento de população, expansão urbana ou agrícola, serviços e obras de infraestrutura.

- Fase de Obtenção da LO

Nesta fase, deverá ser executado o Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e detalhado na fase anterior.

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado de material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso.

Feitas essas considerações, cumpre salientar que foram realizadas as atividades relativas à fase de obtenção de LP previstas na Portaria IPHAN nº 230/02. Dessa forma, foi realizado o diagnóstico arqueológico na área selecionada para a implantação do Terminal Sul, por meio de atividades de gabinete, de campo e de laboratório, visando à elaboração do relatório final.

Para maiores informações, sobre o diagnóstico arqueológico do empreendimento, vide o Capítulo 06 deste EIA.

### **3.9        RECURSOS HÍDRICOS**

Além do Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho de 1934 ("Código de Águas"), a gestão dos recursos hídricos é realizada em conformidade com a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Tal diploma legal admite a classificação das águas de acordo com a Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005, em doces, salobras e salinas, segundo seus usos preponderantes, em classes. Tendo em vista essa classificação, os órgãos estaduais competentes enquadram e estabelecem programas permanentes de



acompanhamento de sua condição, bem como programas de controle de poluição para a efetivação dos respectivos enquadramentos.

A Lagoa do Veiga, inserida na Área Diretamente Afetada (“ADA”), e a Lagoa de Iquipari, inserida na Área de Influência Direta (“AID”) do empreendimento, são consideradas, segundo artigo 2º da Resolução Conama nº 357/05, como águas salobras, ou seja, águas com salinidade superior a 0,5% e inferior a 30%. Em relação à classificação dos corpos d’ água, conforme o disposto no artigo 42 da referida Resolução, enquanto não aprovados os respectivos enquadramentos (fato atual), as águas doces serão consideradas Classe 2, as salinas e salobras Classe 1, exceto se as condições de qualidade atuais forem melhores, o que determinará a aplicação da classe mais rigorosa correspondente.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, determina que as águas de domínio do Estado, superficiais ou subterrâneas, somente poderão ser objeto de uso após outorga pelo poder público. A outorga também é necessária para o lançamento em corpos d’ água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

Além disso, a Lei Estadual nº 3.239/99 determina que o regime de outorga de direito de uso de recursos hídricos tem como objetivo controlar o uso, garantindo a todos os usuários o acesso à água, visando o uso múltiplo e a preservação das espécies da fauna e flora endêmicas ou em perigo de extinção. Vale ressaltar também que a Lei Estadual nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

A Portaria SERLA nº 555, de 01 de fevereiro de 2007 regulamenta o Decreto Estadual nº 40.156, de 17 de outubro de 2006, que estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para regularização dos usos de água superficial e subterrânea pelas soluções alternativas de abastecimento de água e para a ação integrada de fiscalização com os prestadores de serviços de saneamento e dá outras providências. Dessa forma, cumpre salientar que para fins de obtenção de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, os usuários deverão se inscrever no Cadastro Nacional de Usuários de Água (“CNARH”). Além disso, a emissão das outorgas deve atender ao disposto na Portaria SERLA nº 567, de 07 de maio de 2007.

Com relação às Faixas Marginais de Proteção (FMPs), o Decreto Estadual nº 2330, de 08 de janeiro de 1979, instituiu o Sistema de Proteção dos Lagos e Cursos d’Água do Estado do



Rio de Janeiro (“SIPROL”). Conforme o artigo 8º do referido Decreto, qualquer pessoa que pretenda executar obras ou serviços que interfiram em lagos, lagoas ou canais deverão se submeter à aprovação da extinta SERLA, ora sucedida pelo INEA. Posteriormente, a Lei Estadual nº 650, de 11 de janeiro de 1983, que dispõe sobre a Política Estadual de Defesa e Proteção das Bacias Fluviais e Lacustres do Estado do Rio de Janeiro, estabeleceu que compete à SERLA (atualmente, INEA) a demarcação das FMPs, uma vez que a esta incumbe a fiscalização de tais áreas, em consonância com a Deliberação CECA nº 48, de 08 de março de 1979.

Para a demarcação das FMPs de Lagos, Lagoas e Lagunas deve-se observar a Portaria SERLA nº 261-A, de 31 de julho de 1997, bem como a Portaria SERLA nº 324, de 28 de agosto de 2003, que estabelece a largura ao longo dos cursos de água. Conforme já ressaltado, recentemente, o Decreto Estadual nº 42.356/10, que dispõe sobre o tratamento e a demarcação das FMPs nos processos de licenciamento ambiental e de emissões de autorizações ambientais no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências, estabelece que incumbe ao INEA demarcar as FMPs e fixa parâmetros para tal demarcação em áreas urbanas.

Acrescenta-se, ainda que a Lei Estadual nº 1130, de 12 de fevereiro de 1987, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 9760, de 11 de março de 1987 (alterado pelo Decreto Estadual nº 13.123 de 29 de junho de 1989), define as áreas de interesse especial do Estado do Rio de Janeiro, o que inclui as FMPs. Tais áreas compreendem uma faixa de 300 metros em torno das lagoas, lagos e reservatórios, determinada a partir da orla ou do Plano de Alinhamento de Orla de Lagoas (“PAL”).

### **3.10 GERENCIAMENTO COSTEIRO**

A Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (“PNGC”). O referido diploma legal foi regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004, que estabelece, em seu artigo 3º, transcrito a seguir:

“Art. 3º – A zona costeira brasileira, considerada patrimônio nacional pela Constituição de 1988, corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre, com os seguintes limites:

I – faixa marítima: espaço que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base, compreendendo, dessa forma, a totalidade do mar territorial;  
II – faixa terrestre: espaço compreendido pelos limites dos Municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira.”



Importante destacar que o artigo 6º, da Lei Federal nº 7.661/88 estabelece que qualquer atividade realizada na Zona Costeira deverá ser licenciada. Além disso, o órgão competente para realizar o licenciamento ambiental, no presente caso o INEA, deverá solicitar ao empreendedor a realização do EIA/RIMA, o que ocorre no presente caso.

O Gerenciamento Costeiro (GERCO) é processo contínuo de diagnose e planejamento do uso sustentável dos recursos costeiros, sob perspectiva integrada dos diversos processos e dos diversos atores que atuam na zona costeira. Dessa forma, os objetivos do GERCO, previstos no artigo 6º, do Decreto Federal nº 5.300/04,<sup>14</sup> podem se coadunar com o desenvolvimento de atividades econômicas na região costeira.

No caso do Terminal Sul, sua gestão ambiental se constituirá em parcela do gerenciamento costeiro, o qual se desdobra nos três níveis federativos. Ou seja, embora a Gestão Ambiental do empreendimento deva estar adequada às diretrizes da Gestão Costeira, ela se restringe ao sítio industrial e áreas entre os quebra-mares propostos e seu entorno imediato.

Cabe destacar ainda a existência do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima<sup>15</sup> (Projeto Orla), que é uma iniciativa do governo federal, supervisionado pelo Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), tendo como coordenadores a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente (SQA/MMA) e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP).

Suas ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, buscando, inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos e acréscidos de marinha aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. Os seus objetivos estão baseados nas seguintes diretrizes:

---

<sup>14</sup> Artigo 6º do Decreto Federal nº 5.300/04 – São objetivos da gestão da zona costeira:

I - a promoção do ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, subsidiando e otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de gestão da zona costeira;

II - o estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas na zona costeira, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural;

III - a incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais voltadas à gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos, compatibilizando-as com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC;

IV - o controle sobre os agentes causadores de poluição ou degradação ambiental que ameacem a qualidade de vida na zona costeira;

V - a produção e difusão do conhecimento para o desenvolvimento e aprimoramento das ações de gestão da zona costeira.

<sup>15</sup> Disponível em <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021\\_PUB\\_ProjOrla\\_fundamentos.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_fundamentos.pdf)>. Acesso em: 07.09.2010.

- Fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço;
- Desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada; e
- Valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.

O Projeto Orla busca, portanto, responder a uma série de desafios, como reflexo da fragilidade dos ecossistemas da orla, do crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular, do aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes. Tem como objetivos, assim, o estabelecimento de critérios para destinação de usos de bens da União e o uso adequado de áreas públicas, assim como garantir a existência de espaços estratégicos (como portos, áreas militares, etc.) e a proteção dos recursos naturais, sendo estes desafios para gestão da orla brasileira. Certamente, a implantação do Terminal Sul, como um dos *stakeholders* importantes da Costa Fluminense, incorporará um relevante parceiro dos órgãos públicos em atividades integradas de proteção e conservação da costa.

O Terminal Sul localiza-se no Setor 04 do Litoral Norte Fluminense, que compreende os Municípios de Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana.<sup>16</sup>

### 3.11 ÁGUA DE LASTRO

Os riscos provocados pela água de lastro nos ecossistemas aquáticos são de interesse de toda a comunidade internacional. São muitas as instituições que têm contribuído na discussão com a finalidade de encontrar soluções para o problema.

A Conferência Diplomática para Adoção de Convenção Internacional para o Controle e Gestão da Água de Lastro e Sedimentos de Navios, ocorrida em Londres, na sede da *International Maritime Organization* (“IMO”), aprovou a adoção da Convenção Internacional sobre Controle e Gestão da Água de Lastro e Sedimentos de Navios. A referida convenção foi assinada pelo Brasil em 25 de janeiro de 2005, mas ainda não foi ratificada.

No âmbito do direito interno, a matéria é tratada na Portaria nº 52, de 14 de junho 2005, da Diretoria de Portos e Costas (“DPC”), que aprova a Norma da Autoridade Marítima (“NORMAM”) para o Gerenciamento da Água de Lastro de Navios, conhecida como

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/fma/gerenciamento-costeiro.asp?cat=85>> Acesso em: 23.09.2010.



NORMAM-20/DPC, cujo cumprimento é obrigatório por parte de todos os navios que navegarem em águas jurisdicionais brasileiras e estabelece que as embarcações deverão realizar a troca da Água de Lastro a pelo menos 200 milhas náuticas da terra mais próxima e em águas com pelo menos 200 metros de profundidade.

A citada norma, além de incorporar as recomendações da Resolução A.868(20)-IMO, atende a diversas exigências da própria Convenção Internacional sobre Controle e Gestão da Água de Lastro e Sedimentos de Navios, antes mesmo de sua vigência internacional, o que significa que o Brasil cumpre com as normas mais modernas de gerenciamento da água de lastro dos navios. Na introdução e no corpo da citada NORMAM, a Autoridade Marítima se compromete a adaptá-la "*na medida em que métodos mais avançados para o tratamento da água de lastro forem sendo desenvolvidos (...)*".

### **3.12 QUALIDADE DO AR**

Resolução Conama nº 005, de 15 de junho de 1989. "*Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR*"

"Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR, como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para proteção da saúde e bem estar das populações e melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de permitir o desenvolvimento econômico e social do País de forma ambientalmente segura, pela limitação dos níveis de emissão de poluentes por fontes de poluição atmosférica".

Resolução Conama nº 003, de 28 de junho de 1990. "*Estabelece os Padrões de qualidade do ar*"

Esta norma estabelece os padrões de qualidade do ar, entende-se como as "concentrações de poluentes atmosféricos que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais e ao meio ambiente em geral" e estabelece outros padrões.

Resolução Conama nº 008, de 06 de dezembro de 1990. "*Estabelece, em nível nacional, limites máximos de poluentes do ar.*"

"Estabelece, em nível nacional, limites máximos de emissão de poluentes do ar (padrões de emissão) para processos de combustão externa em fontes novas fixas de poluição com potências nominais totais até 70 MW (setenta megawatts) e superiores". E dá outras disposições.





Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. *“Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.”*

O artigo 54 desta Lei considera crime ambiental “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora” e dá outras disposições.

A Norma Reguladora nº 09 - NRM 09 - *Dispõe sobre prevenção contra Poeiras.*

Resolução Conama nº 382, de 26 de dezembro de 2006. *Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.*

Referida Resolução CONAMA estabelece em seu artigo 2º, os seguintes critérios mínimos:

Art. 2º Para o estabelecimento dos limites de emissão de poluentes atmosféricos são considerados os seguintes critérios mínimos:

I - o uso do limite de emissões é um dos instrumentos de controle ambiental, cuja aplicação deve ser associada a critérios de capacidade de suporte do meio ambiente, ou seja, ao grau de saturação da região onde se encontra o empreendimento;

II - o estabelecimento de limites de emissão deve ter como base tecnologias ambientalmente adequadas, abrangendo todas as fases, desde a concepção, instalação, operação e manutenção das unidades bem como o uso de matérias primas e insumos;

III - adoção de tecnologias de controle de emissão de poluentes atmosféricos técnica e economicamente viáveis e acessíveis e já desenvolvidas em escala que permitam sua aplicação prática;

IV - possibilidade de diferenciação dos limites de emissão, em função do porte, localização e especificidades das fontes de emissão, bem como das características, carga e efeitos dos poluentes liberados; e

V - informações técnicas e mensurações de emissões efetuadas no País bem como o levantamento bibliográfico do que está sendo praticado no Brasil e no exterior em termos de fabricação e uso de equipamentos, assim como exigências dos órgãos ambientais licenciadores.



Resolução CONAMA nº 418, de 25 de novembro de 2009. *Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso.*

O artigo 3º da Resolução CONAMA define o Plano de Controle de Poluição Veicular - PCPV:

Art. 3º O Plano de Controle de Poluição Veicular - PCPV constitui instrumento de gestão da qualidade do ar do Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, com o objetivo de estabelecer regras de gestão e controle da emissão de poluentes e do consumo de combustíveis de veículos.

Lei Estadual nº 2.029, de 20 de agosto de 1992. *Estabelece a obrigatoriedade da aferição anual dos níveis de emissão de poluentes pelos veículos automotores, visando ao atendimento aos padrões estabelecidos e a melhoria da qualidade do ar para garantia da saúde da população exposta.*

Resolução Conema nº 26, de 22 de novembro de 2010. *Aprova A NOP - INEA - 01 - Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera - PROMON AR, tem por objetivo estabelecer os procedimentos gerais para vincular atividades poluidoras ao Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera - PROMON AR.*

### **3.13      RUÍDOS E VIBRAÇÕES**

Definir ruído não é tarefa tão fácil quanto identificá-lo, uma vez que o fato de distinção é subjetivo, ou seja, consiste no seu fator perturbador, desagradável, que muitas vezes pode variar de um indivíduo para outro. Assim, todo ruído é um som, ou um conjunto de sons, agravado por sua característica desagradáveis e perturbadoras.

Os efeitos dos ruídos sobre o homem podem ser graduados em três grupos diferentes:

- i.    simples perturbações (intensidade de 30 a 60 db);
- ii.   perturbações perigosas, como efeitos mentais e vegetativos (60 a 90 db), e;
- iii.   alteração da saúde com transtornos dos mais variados tipos (auditivo, vascular, stress, cardíaco, etc..) causados pela intensidade de 90 a 120 db.



Quanto a características temporais, os ruídos podem ser classificados em:

- i. *contínuos*: pouca oscilação de frequência e acústica, que se mantém constante. É também denominado de ruído ambiental de fundo;
- ii. *flutuantes*: os níveis de pressão acústica e espectro de frequência variam em função do tempo, de forma periódica ou aleatória;
- iii. *transitórios*: o ruído se inicia e termina em período determinado;
- iv. *de impacto*: aumentos elevados de pressão acústica.

Quanto ao aspecto do meio ambiente afetado, o ruído poderá ser:

- i. *urbano*: como o ruído é um aspecto tipicamente urbano, faz-se necessário se estabelecerem níveis de ruídos permitidos para determinadas localidades e um zoneamento de atividades. Os veículos e indústria possuem níveis de ruídos permitidos estabelecido justamente para que não seja ainda mais comprometido o meio ambiente das cidades;
- ii. *doméstico*: é o que gera efeitos nos interiores dos lares, podendo ser gerado tanto no seu interior, quanto no exterior;
- iii. *laboral*: o meio ambiente do trabalho também não escapa da afetação do ruído. Mormente, nas indústrias de grande porte, o ruído apresenta-se como algo nefasto à saúde do trabalhador;
- iv. *rural*: referente ao meio ambiente natural, localizado nas áreas não urbanas, tutelando-se a fauna, a flora e as populações situadas neste aspecto do meio ambiente.

Para que se possa identificar o ponto limite entre o som e o ruído, inclusive para definir os padrões de emissão aceitáveis, é mister a utilização de unidades de medição do nível de ruído, sendo que a mais difundida é o db (decibél).

Resolução Conama nº 01 de 08 de março de 1990 determina que “a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política, deverão obedecer ao interesse da saúde, ao sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos na Resolução”. Estipula como aceitáveis os níveis determinados pela norma NBR 10.152. Determina ainda que as medições deverão ser efetuadas de acordo com a NBR 10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da ABNT.

O quadro a seguir tem como fonte a NBR 10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade.



**QUADRO 3.13-1**  
**LIMITES DOS NÍVEIS DE RUÍDO POR TIPOS DE ÁREAS E PERÍODOS**

Tipo de Área	Níveis de Ruído - dB (A)	
	Período Diurno	Período Noturno
Áreas de sítios e fazendas	40	35
Área estritamente residencial ou de hospitais e escolas	50	45
Área mista, predominantemente residencial	55	50
Área mista, com vocação comercial e administrativa	60	55
Área mista, com vocação recreacional	65	55
Área predominantemente industrial	70	60
Obs.: Caso o nível de ruído preexistente no local seja superior aos relacionados nesta tabela, então este será o limite.		

Esses padrões legais referem-se a ruído ambiental, ou seja, aquele que ocorre fora dos limites do Empreendimento. Desta forma, os estudos deverão ser realizados de forma a apontar os níveis de ruído em postos receptores localizados no entorno do Empreendimento.

De acordo com o disposto na NBR 10.151, a classificação do tipo de uso e ocupação do solo nos pontos receptores medidos deve ser realizada por observação local imediata durante as medições dos níveis de ruído. Entretanto, os padrões de ruído são estabelecidos em função da sensibilidade dos agentes receptores, que são intimamente relacionados com o tipo de ocupação existente.

Lei Estadual nº 126/1977. *Dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora no Estado do Rio de Janeiro.*

### **3.14      RESÍDUOS SÓLIDOS**

Recentemente, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Estão sujeitas à observância da Lei Federal nº 12.305/10 as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.



No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, está em vigor a Lei Estadual nº 4.191, de 30 de setembro de 2003, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, estabelecendo princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.

De acordo com o artigo 8º da Lei Estadual nº 4.191/03, *“as atividades geradoras de resíduos sólidos e executores, de qualquer natureza, são responsáveis pelo seu acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, disposição final, pelo passivo ambiental oriundo da desativação de sua fonte geradora, bem como pela recuperação de áreas degradadas”*.

Cumprе salientar que a referida Lei Estadual proíbe:

- (i) O lançamento e disposição a céu aberto;
- (ii) A queima ao ar livre ou em instalações, caldeiras ou fornos não-licenciados pelo órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental para essa finalidade;
- (iii) O lançamento ou disposição em mananciais e em suas áreas de drenagem, cursos d'água, lagoas, praias, áreas de várzea, terrenos baldios, cavidades subterrâneas, poços e cacimbas, mesmo que abandonadas em áreas de preservação permanente e em áreas sujeitas a inundação num prazo menor que 100 anos;
- (iv) O lançamento em sistemas de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telefone, bueiros e assemelhados;
- (v) A infiltração no solo, sem projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental competente; e
- (vi) A disposição de resíduos sólidos em locais não adequados, em áreas urbanas ou rurais.

Nos termos do artigo 4º da Lei Estadual nº 4.191/03, *“os resíduos sólidos provenientes de portos, estaleiros, aeroportos e terminais rodoviários e ferroviários deverão atender às normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”) e às condições estabelecidas pelo órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental, respeitadas as demais normas legais vigentes”*.

A NBR 10.004/04 da ABNT classifica resíduos sólidos quanto à sua periculosidade, considerando seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente. De acordo com a NBR 10.004, existem três classificações para resíduos sólidos: Perigosos (Classe I), Não Inertes (Classe II - A) e Inertes (Classe II - B).



As atividades geradoras de quaisquer tipos de resíduos sólidos ficam obrigadas a se cadastrarem junto ao órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental, para fins de controle e inventário dos resíduos sólidos gerados no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 7º da Lei Estadual nº 4.191/03. Além disso, os pedidos de licenciamento ambiental de atividades geradoras de resíduos incluirão a apresentação do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGIGRS”) sem prejuízo da exigência dos instrumentos de avaliação e controle, conforme dispõe o artigo 16, §2º, do referido diploma legal estadual.

A Lei Estadual nº 4.191/03 foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 41.084, de 20 de dezembro de 2007, que ainda criou o Programa Rio Sem Lixão, que tem por objeto a erradicação dos lixões e dos vazadouros clandestinos, no território estadual, tornando viável o controle da poluição, da contaminação e a minimização dos seus impactos ambientais.

Destaca-se, ainda, a Resolução Conama nº 307, de 05 de julho 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Dessa forma, a implantação e operação do Terminal Sul observarão ao disposto na legislação acima citada, no que concerne ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

### **3.15        TRANSPORTE AQUAVIÁRIO E OPERAÇÃO PORTUÁRIA**

Lei 5.917 de 10 de setembro de 1973: *Aprova o Plano Nacional de Viação de que trata o art8º, item XI, da Constituição Federal.*

Lei 8.617 de janeiro de 1993: em seu artigo 1º estabelece que o mar territorial brasileiro compreende a faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala reconhecidas oficialmente no Brasil.

A zona econômica exclusiva brasileira, definida no artigo 6º, compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

A Plataforma Continental do Brasil, definida no artigo 11º, compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até a borda exterior da margem continental, ou até uma distância de duzentos milhas marítimas das linhas de base, a partir





das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.

Lei 8.630 de 25 de fevereiro de 1993: *Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências.*

Lei 9.537 de 11 de dezembro de 1997: *Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.*

Lei 10.233 de 05 de junho de 2001: *Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, com a criação do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).*

Conforme preconizado na Lei, ANTAQ, será uma entidade integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, vinculado ao Ministério de Transportes.

Lei 11.518 de 05 de setembro de 2007: Cria a Secretaria Especial de Portos, cujo objetivo fundamental se constitui na equiparação dos portos brasileiros ao mesmo patamar de competitividade dos terminais mais eficientes do mundo.

Entre as atribuições da Secretaria está a formulação de políticas e diretrizes para o fomento do setor, além da execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura portuária. Compete ainda à SEP/PR a participação no planejamento estratégico e a aprovação dos planos de outorgas, tudo isso visando assegurar segurança e eficiência ao transporte aquaviário de cargas e de passageiros no país.

PORTARIA Nº 104, DE 29 DE ABRIL DE 2009: *Dispõe sobre a criação e estruturação do Setor de Gestão Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho nos portos e terminais marítimos, bem como naqueles outorgados às Companhias Docas.*

### **3.16 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

Compete ao poder público municipal, sob diretrizes gerais fixadas em lei, estabelecer o ordenamento urbano, incluindo-se aí a disciplina do uso e ocupação do solo, em seu âmbito territorial, conforme dispõe o artigo 182 da Constituição Federal.



A principal norma federal sobre política urbana é a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (“Estatuto da Cidade”), que estabelece diretrizes gerais e regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

Por ser tratar de Município com mais de vinte mil habitantes, cumprindo o que dispõe o artigo 182, § 1º, da Constituição Federal, São João da Barra instituiu o seu Plano Diretor por meio da Lei Municipal nº 50, de 26 de dezembro de 2006 (“Plano Diretor do Município de São João da Barra”). O artigo 35, inciso XVI, do referido diploma legal, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 115, de 31 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Ordenamento Distrital do Município de São João da Barra, bem como sobre o seu Macrozoneamento no que tange às Áreas de Especial Interesse, dividiu o território municipal nas macrozonas a seguir especificadas:

- Área Urbana;
- Área de Expansão Urbana;
- Área Rural;
- Área Industrial;
- Área de Interesse Agroindustrial;
- Área de Interesse Pesqueiro; e
- Área de Interesse Ambiental.

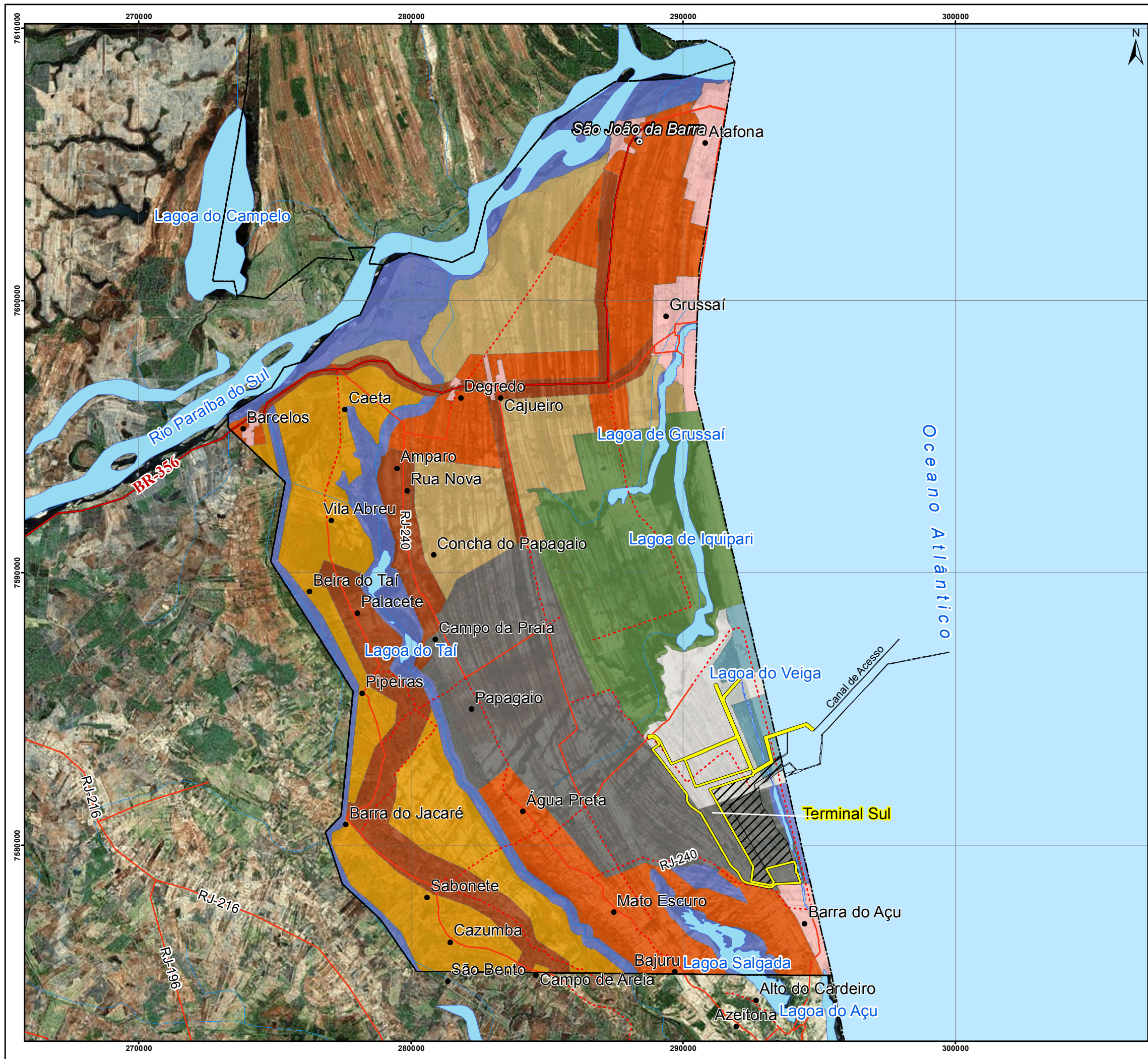
Destaca-se ainda que a Lei Municipal nº 115/08 classificou como de especial interesse para o Município as zonas mencionadas no seu artigo 2º, quais sejam:

- Área Industrial;
- Área de Interesse Agroindustrial;
- Área de Interesse Pesqueiro;
- Área de Interesse Ambiental.

Em 27 de setembro de 2010, a Prefeitura Municipal de São João da Barra emitiu certidão (**ANEXO B1**), atestando que o empreendimento *“encontra-se em conformidade com o disposto nas leis 50/2006 (Plano Diretor Municipal) e 115/2008 (Macrozoneamento) no que tange à sua localização, uso e ocupação do solo (...)”*.

O sítio industrial proposto está situado nos domínios do Distrito Industrial de São João da Barra - DISJB e da Zona Industrial e Zona de Expansão Industrial. A **FIGURA 3.16-1** apresenta a inserção geográfica e a compatibilidade do empreendimento com o Plano Diretor Municipal de São João da Barra e suas associações com as atividades industriais previstas para o Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú - CLIPA.





LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Sede Municipal
- Localidade
- Curso D'água
- Corpo D'água
- Rodovia
- Estrada Pavimentada
- Estrada Não Pavimentada
- Limite Municipal

LEGENDA TEMÁTICA

- Terminal Sul
- Futuras Instalações UCN Açú - OSX
- Macrozoneamento do Município de São João da Barra
  - Área Urbana
  - Área de Expansão Urbana
  - Corredores de Expansão Urbana - Uso Diversificado
  - Zona Industrial
  - Área de Proteção de Macrodrenagem
  - Zona de Expansão Industrial
  - Zona de Especial Interesse Agroindustrial
  - Zona de Especial Interesse para o Desenvolvimento Sustentável
  - Zona de Especial Interesse para a Macrodrenagem
  - Áreas Rurais

0 2,5 5 7,5 10 Km

REFERÊNCIA

1 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).  
2 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BARRA, 2008.

NOTAS

1 - BASE CARTOGRÁFICA NA PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR. DATUM HORIZONTAL: WGS-84. ZONA DE REFERÊNCIA 24S.  
2 - ARQUIVOS FORMATO SHAPEFILE - ARCGIS 9.2.  
3 - MAPA PARA IMPRESSÃO EM FORMATO A3.

A	EMISSÃO INICIAL			E.M.R.	04/2011

EIA-RIMA TERMINAL SUL

TÍTULO:

MAPA DE INSERÇÃO DO TERMINAL SUL E O MACROZONEAMENTO DE SÃO JOÃO DA BARRA

PROJ.N.: 10302	PROJ.: B.C.	APROV.: J.P.	DATA: 04/11	ESCALA: 1:140.000	REV.: R0
-------------------	----------------	-----------------	----------------	----------------------	-------------

FIGURA 3.16-1





Com relação ao Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (“EIV/RIV”), o artigo 36 do Estatuto da Cidade estabelece que *“lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal”*.

Nesse sentido, o artigo 83, §1º, do Plano Diretor do Município de São João da Barra prevê que o EIV/RIV será exigido para aprovação e implantação de empreendimentos, assim considerados os que possam causar:

- (i) Aglomeração de um grande número de pessoas ou elevado adensamento populacional, tais como, dentre outros, shopping centers, igrejas, boates, ginásios ou estádios esportivos, e similares;
- (ii) Intensificação do tráfego de veículos automotores em grande quantidade;
- (iii) Sobrecarga da infra-estrutura urbana;
- (iv) Sombreamento de imóveis ou edificações vizinhas;
- (v) Poluição sonora;
- (vi) Impactos negativos sobre estabelecimentos menores já instalados;
- (vii) Modificações significativas da paisagem; e
- (viii) Outras situações que forem definidas em lei municipal.

De acordo com o artigo 83, §2º, do Plano Diretor do Município de São João da Barra, o EIV/RIV deverá contemplar os possíveis efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades, bem como a especificação das providências necessárias para prevenir, evitar, mitigar, compensar ou superar seus efeitos prejudiciais, incluindo a análise, dentre outras, no mínimo, das seguintes questões:

- (i) Adensamento populacional;
- (ii) Equipamentos urbanos e comunitários;
- (iii) Uso e ocupação do solo;
- (iv) Valorização imobiliária;
- (v) Geração de tráfego e demanda por transporte público;
- (vi) Ventilação e iluminação;
- (vii) Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural; e
- (viii) Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, bem como daquelas intensificadoras dos impactos positivos.



Considerando que o presente EIA/RIMA já contemplou a avaliação dos impactos à vizinhança do Terminal Sul acima mencionados, a elaboração do EIV/RIV está dispensada, nos termos do artigo 83, §3º, do Plano Diretor do Município de São João da Barra.

Vale ressaltar, contudo, que o Poder Executivo Municipal, com base na análise dos estudos ambientais apresentados, poderá exigir do empreendedor a execução, às suas expensas, das medidas adequadas para evitar ou, quando for o caso, superar os efeitos prejudiciais do empreendimento, bem como aquelas atenuadoras e compensatórias, relativas aos impactos decorrentes da implantação da atividade.

Vê-se, portanto, o empreendimento em questão está em conformidade com as leis e diretrizes municipais.

Os **ANEXO B2** apresenta a Certidão de Situação de Aforamento/Ocupação e a Certidão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que certifica que o terreno da Marinha situado na Praia do Açú, 5º Distrito do Município de São João da Barra encontra-se suspensa a cobrança de encargos patrimoniais.

### **3.17 QUADRO-RESUMO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL**

A seguir, apresenta-se o resumo da principal legislação ambiental aplicada ao Terminal Sul:

<b>Legislação</b>	<b>Objeto</b>
<b>Constituição Federal de 1988</b>	
<b>Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989</b>	
<b>Leis Federais</b>	
Lei 3.924/61	Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos.
Lei 4.771/65	Institui o Código Florestal.
Lei 5.197/67	Dispõe sobre a Proteção à Fauna.
Lei 6.938/81	Dispõe sobre Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei 7.203/84	Dispõe sobre Segurança para Embarcações.
Lei 7.273/84	Dispõe sobre a Busca e Salvamento de Vida Humana em Perigo no Mar, nos Portos e nas Vias Navegáveis Interiores.
Lei 7.652/88	Dispõe sobre o Registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.
Lei 7.661/88	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC.
Lei 9.433/97	Dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.



Legislação	Objeto
Lei 9.537/97	Dispõe sobre a Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional e dá outras providências.
Lei 9.605/98	Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas derivadas de Condutas e Atividades lesivas ao Meio Ambiente.
Lei 9.636/98	Dispõe sobre a Regularização, Administração, Aforamento e Alienação de Bens Imóveis da União.
Lei 9.795/99	Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Lei 9.966/00	Dispõe sobre a Prevenção, o Controle e a Fiscalização da Poluição causada por Lançamento de Óleo e outras Substâncias Nocivas ou Perigosas em Águas sob Jurisdição Nacional.
Lei 9.985/00	Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Lei 10.257/01	Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece Diretrizes Gerais da Política Urbana e dá outras providências.
Lei 10.893/04	Cria o Fundo da Marinha Mercante.
Lei 11.428/06	Dispõe sobre a Utilização e Proteção da Vegetação Nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
Lei 11.445/07	Estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.
Lei 11.610/07	Institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária.
Lei 12.305/10	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
<b>Leis Estaduais - Rio de Janeiro</b>	
Lei 1.130/87	Define as Áreas de Interesse Especial do Estado e dispõe sobre os Imóveis de Área Superior a 1.000.000 m² (hum milhão de metros quadrados) e Imóveis localizados em Áreas Limítrofes de Municípios, para efeito do Exame e Anuência Prévia a Projeto de Parcelamento do Solo para fins urbanos, a que se refere o artigo 13 da Lei nº 6.766/79.
Lei 1.356/88	Dispõe sobre os Procedimentos vinculados à Elaboração, Análise e Aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental.
Lei 1.315/88	Institui a Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro.
Lei 2.535/96	Acrescenta dispositivos à Lei nº 1.356/88.
Lei 2.661/96	Regulamenta o disposto no artigo 274 (atual artigo 277) da Constituição do Estado do Rio de Janeiro no que se refere à Exigência de Níveis Mínimos de Tratamento de Esgotos Sanitários, antes de seu Lançamento em Corpos d'Água e dá outras providências.



Legislação	Objeto
Lei 3.111/98	Complementa Lei nº 1.356/88, estabelecendo Princípio de Análise Coletiva de EIA/RIMA na mesma Bacia Hidrográfica.
Lei 3.325/99	Institui a Política Estadual de Educação Ambiental.
Lei 3.239/99	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, Cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos regulamenta a Constituição Estadual, em seu artigo 261, §1º, inciso VII, e dá outras providências.
Lei 4.191/03	Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.
Lei 5.101/07	Cria o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e sobre outras Providências para Maior Eficiência na Execução das Políticas Estaduais de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e Florestais.
Lei 5.427/09	Estabelece Normas sobre Atos e Processos Administrativos no Estado do Rio de Janeiro.
Lei 5.438/09	Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b>Leis Municipais - Campos dos Goytacazes</b>	
Lei 7.972/08	Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes.
<b>Leis Municipais - São João da Barra</b>	
Lei 50/06	Plano Diretor do Município de São João da Barra
Lei 115/08	Dispõe sobre o Ordenamento Distrital do Município de São João da Barra, bem como sobre o seu Macrozoneamento no que tange as Áreas de Especial Interesse.
<b>Decretos Federais</b>	
Decreto 24.643/34	Decreta o Código de Águas.
Decreto 79.367/77	Dispõe sobre Normas e o Padrão de Potabilidade de Água.
Decreto 88.821/83	Aprova o Regulamento para a Execução do Serviço de Transporte Rodoviário de Cargas ou Produtos Perigosos.
Decreto 96.044/88	Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.
Decreto 99.274/90	Regulamenta a Lei nº 6.902/81, e a Lei nº 6.938/81, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Decreto 3.665/00	Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).





Legislação	Objeto
Decreto 4.340/02	Regulamenta artigos da Lei 9.985/00, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.
Decreto 5.300/04	Regulamenta a Lei nº 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre Regras de Uso e Ocupação da Zona Costeira e estabelece Critérios de Gestão da Orla Marítima, e dá outras providências.
Decreto 5.377/05	Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM.
Decreto 5.445/05	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
Decreto 6.660/08	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428/06, que dispõe sobre a Utilização e Proteção da Vegetação Nativa do Bioma Mata Atlântica.
Decreto 6.848/09	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340/02, para regulamentar a Compensação Ambiental.
Decreto Legislativo 74/76	Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos causados por Poluição por Óleo
Decreto-Lei 2.490/40	Estabelece Normas para o Aforamento de Terrenos de Marinha.
Decreto-Lei 9.760/46	Define Bens e Imóveis de Domínio da União.
<b>Decretos Estaduais – Rio de Janeiro</b>	
Decreto 26.058/00	Define as Macrorregiões Ambientais do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Decreto 779/67	Aprova o Regulamento do Controle de Poluição Atmosférica.
Decreto 2.330/79	Regulamenta, em parte, os Decreto-Lei nºs 39/75, e 134/75, institui o Sistema de Proteção dos Lagos e Cursos d’Água do Estado do Rio de Janeiro, regula a Aplicação de Multas, e dá outras providências;
Decreto 8.975/86	Regulamento dos Serviços de Controle, Coleta e Destino Final dos Despejos Industriais.
Decreto 9.760/87	Regulamenta a Lei nº 1.130/87, localiza as Áreas de Interesse Especial do interior do Estado, e define as normas de ocupação a que deverão submeter-se os projetos de loteamentos e desmembramentos a que se refere o artigo 13 da Lei nº 6766/79.
Decreto 13.123/89	Altera o Decreto nº 9.760/87, e dá outras providências.
Decreto 21.258/95	Estabelece a Nova Estrutura do Poder Executivo e dá outras providências.
Decreto 21.287/95	Institui o Fórum de Orientação da Política Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Decreto 27.599/00	Institui o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental e dá outras providências.



Legislação	Objeto
Decreto 41.084/07	Regulamenta a Lei n °4.191/03, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos.
Decreto 41.612/08	Dispõe sobre a Definição de Restingas no Estado do Rio de Janeiro e estabelece a Tipologia e a Caracterização Ambiental da Vegetação de Restinga.
Decreto 41.628/09	Estabelece a Estrutura Organizacional do Instituto Estadual do Ambiente – INEA.
Decreto 42.159/09	Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM e dá outras providências.
	Dispõe sobre o Tratamento e a Demarcação das FMPs nos Processos de Licenciamento Ambiental e de Emissões de Autorizações Ambientais no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Decreto-Lei 112/69	Fixa Normas de Proteção contra o Ruído.
Decreto-Lei 134/75	Dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro.
Decreto 41.584/08	Declara de Utilidade Pública, para fins de Desapropriação, em favor da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN a Área que menciona, situada no Município de São João da Barra, para o fim de implantar no local um Distrito Industrial.
Decreto 41.585/08	Dispõe sobre a Criação do Distrito Industrial de São João da Barra, no Município de São João da Barra, e dá outras providências.
Decreto 41.998/09	Altera o Decreto n° 41.584/08, para o fim de excluir Áreas que inicialmente integrariam o Distrito Industrial de São João da Barra, e dá outras providências.
Decreto 41.915/09	Declara de Utilidade Pública, para fins de Desapropriação, em favor da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN a Área que menciona, situada no Município de São João da Barra, para o fim de implantar no local um Distrito Industrial.
Decreto 41.916/09	Dá nova Redação aos artigos 2º e 4º do Decreto n° 41.585/08, que dispõe sobre as Áreas que foram o Distrito Industrial de São João da Barra e dá outras providências.
Decreto 42.422/10	Delega à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN e dá outras providências.



Legislação	Objeto
Decreto 42.834/11	Declara como de Utilidade Pública as obras necessárias para a implantação do sistema de macrodrenagem da baixada campista, instalação do distrito industrial de São João da Barra e instalação da Unidade de Construção Naval do Açú para fins de intervenção em Áreas de Preservação Permanente - APP, bem como supressão de vegetação de restinga e vegetação secundária em estágios avançados ou médio de regeneração pertencentes ao bioma mata atlântica e intervenção em corpos hídricos (rios, canais e lagoas), e da outras providências.
Decreto 41.389/08	Declara as obras e atividades de infra-estrutura necessárias à implantação da Usina Térmica Porto do Açú, no município de São João da Barra, como de utilidade pública, para fins de intervenção em áreas de preservação permanente e vegetação primária ou secundária em estágio de regeneração avançado e dá outras providências.
<b>Decretos Municipais – São João da Barra</b>	
Decreto 43/06	Dispõe sobre a Proibição de Intervenções Ambientais na Lagoa de Iquipari.
<b>Portarias Federais</b>	
Portaria IBAMA 149/92	Dispõe sobre o registro de comerciante ou proprietário de motosserra, junto ao IBAMA.
Portaria IBAMA 11/95	Proíbe qualquer fonte de iluminação que ocasione intensidade luminosa superior a Zero LUX, numa faixa de praia compreendida entre a linha de maior baixa – mar até 50 m (cinquenta metros) acima da linha de maior pré-mar do ano (maré de sizígia), em várias regiões do Brasil.
Portaria 777/GM de 2004	Dispõe sobre os Procedimentos Técnicos para a Notificação Compulsória de Agravos à Saúde do Trabalhador em Rede de Serviços Sentinela Específica no Sistema Único de Saúde – SUS.
Portaria MINTER 53/79	Controle dos Resíduos Sólidos, provenientes de Atividades Humanas, como forma de prevenir a Poluição do Solo, do Ar e das Águas.
Portaria 109/03 da Secretaria de Portos e Costas	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-11/DPC.
Portaria 118/05 do Ministério das Cidades	Aprova o novo Regimento do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil.
Portaria IPHAN 230/02	Dispõe sobre os Procedimentos necessários para Obtenção das Licenças Ambientais referentes à Apreciação e Acompanhamento das Pesquisas Arqueológicas no País.
Portaria MMA 253/06	Institui o Documento de Origem Florestal – DOF.



Legislação	Objeto
Portaria 518/04 do Ministério Da Saúde	Estabelece os Procedimentos e Responsabilidades relativos ao Controle e Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano e seu Padrão de Potabilidade.
Portaria Interministerial MME/MMA 1/99	Dispõe sobre as Diretrizes para o Recolhimento, Coleta e Destinação de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado.
<b>Resoluções Federais – Conama</b>	
Conama 01/86	Dispõe sobre Critérios Básicos e Diretrizes Gerais para a Avaliação de Impacto Ambiental.
Conama 01A/86	Dispõe sobre o Transporte de Produtos Perigosos em Território Nacional.
Conama 06/86	Aprova Modelos de Publicação de Pedidos de Licenciamento de quaisquer de suas Modalidades, sua Renovação e a respectiva Concessão e Aprova os Novos Modelos para Publicação de Licenças.
Conama 01/88	Critérios e Procedimentos de Implantação do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.
Conama 05/89	Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR.
Conama 01/90	Dispõe sobre os Critérios e Padrões de Emissão de Ruídos das Atividades Industriais.
Conama 02/90	Institui o Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora – Silêncio.
Conama 03/90	Dispõe sobre Padrões de Qualidade do Ar, previstos no Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR.
Conama 08/90	Estabelece, em Nível Nacional, Limites Máximos de Emissão de Poluentes do Ar (Padrões de Emissão) para Processos de Combustão Externa em Fontes Novas Fixas.
Conama 10/93	Estabelece os Parâmetros Básicos para Análise dos Estágios de Sucessão do Bioma Mata Atlântica.
Conama 06/94	Estabelece Definições e Parâmetros Mensuráveis para Análise de Sucessão Ecológica da Mata Atlântica no Rio de Janeiro.
Conama 12/94	Aprova o Glossário de Termos Técnicos elaborado pela Câmara Técnica Temporária para Assuntos da Mata Atlântica.
Conama 16/95	Dispõe sobre os Limites Máximos de Emissão de Poluentes para os Motores destinados a Veículos Pesados Novos, Nacionais e Importados, e determina a Homologação e Certificação de Veículos Novos do Ciclo Diesel quanto ao Índice de Fumaça em Aceleração Livre.
Conama 10/96	Regulamenta o licenciamento ambiental em praias onde ocorre a desova de tartarugas marinhas.



Legislação	Objeto
Conama 226/97	Confirmar os Limites para a Fase IV, as Datas da sua Implantação, conforme prevista na Resolução Conama nº 08/93 e adicionalmente Estabelece os Limites Máximos para Emissão de Fuligem à Plena Carga.
Conama 237/97	Dispõe sobre a Revisão e Complementação dos Procedimentos e Critérios utilizados para o Licenciamento Ambiental.
Conama 269/00	Regulamenta o Uso de Dispersantes Químicos em Derrames de Óleo no Mar.
Conama 274/00	Define os Critérios de Balneabilidade em Águas Brasileiras.
Conama 275/01	Estabelece o Código de Cores para os diferentes Tipos de Resíduos, a ser adotado na Identificação de Coletores e Transportadores, bem como nas Campanhas Informativas para a Coleta Seletiva.
Conama 278/01	Dispõe contra o Corte e a Exploração de Espécies Ameaçadas de Extinção do Bioma Mata Atlântica.
Conama 300/02	Complementa os Casos Passíveis de Autorização de Corte previstos no artigo 2º da Resolução Conama nº 278/01.
Conama 303/02	Dispõe sobre Parâmetros, Definições e Limites de Áreas de Preservação Permanente – APP
Conama 307/02	Dispõe sobre Gestão dos Resíduos da Construção Civil, e Estabelece Diretrizes, Critérios e Procedimentos para a Gestão dos Resíduos da Construção Civil.
Conama 313/02	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
Conama 314/02	Dispõe sobre o Registro de Produtos destinados à Remediação e dá outras providências.
Conama 344/04	Estabelece as Diretrizes Gerais e os Procedimentos Mínimos para a Avaliação do Material a ser Dragado em Águas Jurisdicionais Brasileiras, e dá outras providências.
Conama 357/05	Dispõe sobre a Classificação dos Corpos d' Água e Diretrizes Ambientais para o seu Enquadramento, bem como Estabelece as Condições e Padrões de Lançamento de Efluentes, e dá outras providências.
Conama 358/05	Dispõe sobre o Tratamento e a Disposição Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde e dá outras providências.
Conama 362/05	Dispõe sobre o Recolhimento, Coleta e Destinação Final de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado.
Conama 369/06	Dispõe sobre os Casos Excepcionais, de Utilidade Pública, Interesse Social ou Baixo Impacto Ambiental, que possibilitam a Intervenção ou Supressão de Vegetação em Área de Preservação Permanente – APP.
Conama 371/06	Estabelece Diretrizes aos Órgãos Ambientais para o Cálculo, Cobrança, Aplicação, Aprovação e Controle de Gastos de Recursos advindos de



Legislação	Objeto
	Compensação Ambiental.
Conama 382/06	Estabelece os Limites Máximos de Emissão de Poluentes Atmosféricos para Fontes Fixas.
Conama 388/07	Dispõe sobre a Convalidação das Resoluções que Definem a Vegetação Primária e Secundária nos Estágios Inicial, Médio e Avançado de Regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no artigo 4º, §1º, da Lei nº 11.428/06.
Conama 397/08	Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do artigo 34 da Resolução Conama nº 357/05.
Conama 398/08	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, originados em Portos Organizados, Instalações Portuárias, Terminais, Dutos, Sondas Terrestres, Plataformas e suas Instalações de Apoio, Refinarias, Estaleiros, Marinas, Clubes Náuticos e Instalações Similares, e Orienta a sua Elaboração.
Conama 401/08	Estabelece os Limites Máximos de Chumbo, Cádmio e Mercúrio para Pilhas e Baterias comercializadas no Território Nacional e os Critérios e Padrões para o seu Gerenciamento Ambientalmente Adequado, e dá outras providências.
Conama 417/09	Dispõe sobre Parâmetros Básicos para Definição de Vegetação Primária e dos Estágios Sucessionais Secundários da Vegetação de Restinga na Mata Atlântica.
Conama 420/09	Dispõe sobre Critérios e Valores Orientadores de Qualidade do Solo quanto à Presença de Substâncias Químicas e Estabelece Diretrizes para o Gerenciamento Ambiental de Áreas Contaminadas por essas Substâncias em decorrência de Atividades Antrópicas.
Conama 421/10	Dispõe sobre Revisão e Atualização da Resolução Conama nº 344/04.
Conama 422/10	Estabelece Diretrizes para as Campanhas, Ações e Projetos de Educação Ambiental, conforme a Lei nº 9.795/99, e dá outras providências.
Conama 428/10	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
Conama 430/11	Dispõe sobre os padrões de lançamento de efluentes complementa e altera a Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005.



Legislação	Objeto
<b>Resoluções Federais - CNRH</b>	
CNRH 16/01	Dispõe sobre a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos considerando as Legislações Específicas Vigentes.
<b>Resoluções Federais - ANTT</b>	
ANTT 420/04	Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos
<b>Resoluções Estaduais - CONEMA</b>	
CONEMA 02/08	Aprova a DZ-077 - Diretriz para encerramento de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente
<b>Deliberações Estaduais - CECA</b>	
CECA 19/78	Aprova a DZ-703.R-4 - Roteiros para Apresentação de Projetos para Tratamento de Efluentes Líquidos - Estado do Rio de Janeiro.
CECA 21/78	Aprova a NT 603. R-4 - Estabelece os Critérios e Padrões de Qualidade do Ar Ambiente
CECA 48/79	Aprova o Regulamento de Fiscalização da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA.
CECA 244/81	Aprova a NT-1805.R-1 - Desmatamento e Terraplenagem em Terrenos e Acrescidos de Marinha.
CECA 1.007/86	Aprova a NT-202.R-10 - Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos - Estado do Rio de Janeiro.
CECA 1.173/87	Aprova a NA-43.R-4 - Participação e Acompanhamento da Comunidade no Processo de Avaliação de Impacto Ambiental - AIA
CECA 1.948/90	Aprova a NT-213.R-4 - Critérios e Padrões para Controle da Toxicidade em Efluentes Industriais - Estado do Rio de Janeiro;
CECA 1.995/90	Aprova a DZ 942. R-7 - Estabelece as diretrizes do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos - PROCON ÁGUA
CECA 2.538/91	Aprova a NA-052.R-1 - Regulamenta publicação das Licenças Obrigatórias Previstas no SLAP
CECA 2.555/91 e 4.662/06	Regulamentam a realização de Audiências Públicas.
CECA 3.329/94	Aprova a NA-42.R-9 - Pedido, Recebimento e Análise de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.
CECA 3.663/97	Aprova a DZ 041.R13 - Elaboração do EIA/RIMA.
CECA 4.093/01	Aprova a NA-052-R1 - Publicação das Licenças Obrigatórias e do Estudo de Impacto Ambiental - EIA.
CECA 4.845/07	Regulamento dos Prazos para Convocação e Realização de Audiência Pública.
CECA 4.846/07	MN 050. R-2: Classifica as Atividades Poluidoras.





Legislação	Objeto
CECA 4.848/07	Aprova a NA-063.R-0 - Procedimentos para Requerimento de Licenças Ambientais.
CECA 3.663/97	Aprova a DZ-041.R-13 - Determina a Abrangência, os Procedimentos e os Critérios para a Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA.
CECA 4.887/07	Aprova a DZ-205.R-6 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica em Efluentes Líquidos de Origem Industrial - Estado do Rio de Janeiro.
<b>Portarias SERLA</b>	
SERLA 261-A/97	Determina Normas para Demarcação de Faixas Marginais de Proteção em Lagos, Lagoas e Lagunas e da outras providências.
SERLA 324/03	Define a Base Legal para Estabelecimento da Largura Mínima da Faixa Marginal de Proteção.
SERLA 567/07	Estabelece Critérios Gerais e Procedimentos Técnicos e Administrativos para Cadastro, Requerimento e Emissão de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de Domínio do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<b>Instruções Normativas Federais - IBAMA</b>	
IBAMA 112/06 e 134/06	Normatizam o Sistema de Documentação de Origem Florestal - DOF.
<b>Instruções Normativas Federais - MMA</b>	
MMA 03/03	Reconhece Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção
MMA 06/06	Dispõe sobre a Reposição Florestal e o Consumo de Matéria-Prima Florestal, e dá outras providências.
<b>Normas ABNT</b>	
NBR 1.183	Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos.
NBR 7.229	Projeto, Construção e Operação de Sistemas de Tanques Sépticos.
NBR 8.419	Apresentação de Projetos de Aterros Sanitários de Resíduos Sólidos Urbanos.
NBR 9.898	Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores.
NBR 10.004	Classifica Resíduos Sólidos quanto aos seus Riscos Potenciais ao Meio Ambiente e à Saúde Pública, para que estes Resíduos possam ter Manuseio e Destinação Adequados.
NBR 10.004	Classificação dos Resíduos Sólidos.
NBR 10.005	Lixiviações de Resíduos Sólidos.
NBR 10.006	Solubilização de Resíduos Sólidos.
NBR 10.007	Amostragem de Resíduos Sólidos.
NBR 10.151/00	Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas, visando ao Conforto da Comunidade.
NBR 10.152	Níveis de Ruído para Conforto Acústico.
NBR 11.174	Armazenamento de Resíduos Classe II - Não Inertes e Classe III - Inertes.



Legislação	Objeto
NBR 12.808	Resíduos de Serviços de Saúde – Classificação.
NBR 12.809	Manuseio de Resíduos de Serviços de Saúde – Procedimento.
NBR 12.980/94	Define sobre a Coleta, Varrição e Acondicionamento de Resíduos Sólidos Urbanos.
NBR 13.221	Transporte de Resíduos.
NBR 13.969	Tanques Sépticos – Unidades de Tratamento Complementar e Disposição Final dos Efluentes Líquidos – Projeto, Construção e Operação.
NBR 14.619.1	Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.
NBR 14.657	Graxa Lubrificante – Separação de Óleo durante a Armazenagem.
NBR 15.112	Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos – Áreas de Transbordo e Triagem – Diretrizes para Projeto, Implantação e Operação.
NBR 15.114	Resíduos Sólidos da Construção Civil – Áreas de Reciclagem – Diretrizes para Projeto, Implantação e Operação.
NBR 15.115	Agregados Reciclados de Resíduos Sólidos da Construção Civil – Execução de Camadas de Pavimentação – Procedimentos.
NBR 15.116	Agregados Reciclados de Resíduos Sólidos da Construção Civil – Utilização em Pavimentação e Preparo de Concreto sem Função Estrutural- Requisitos.
NBR 15.287/05	Princípios Gerais para Apresentação de Projetos de Pesquisa.
NBR 17.505	Armazenamento de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis.
NBR ISO 12.235	Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos.
NBR ISO 14.001/04	Sistemas de Gestão Ambiental – Especificação e Diretrizes para Uso.
<b>Resoluções ANTAQ</b>	
ANTAQ 266	Torna Obrigatória a Comunicação à Superintendência de Navegação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, de toda Embarcação Brasileira empregada nas Navegações de Longo Curso, de Cabotagem, de Apoio Marítimo e de Apoio Portuário.
ANTAQ 434/05	Aprova a Norma para o Afretamento de Embarcação por Empresa Brasileira de Navegação na Navegação de Apoio Portuário para Execução dos Serviços de Dragagem Hidroviária e Portuária em Canais de Acesso, Berços de Atracação, Bacias de Evolução e de Fundeio, para a Desobstrução e a Regularização da Navegabilidade Marítima e Hidroviária interior e dá outra providência.
ANTAQ 1.660/10	Aprova a Norma para Outorga de Autorização para Construção, a Exploração e a Ampliação de Terminal Portuário de Uso Privativo (O artigo 7º dispõe que as “Instalações portuárias destinadas a atender às necessidades de Estaleiro de Construção ou Reparação Naval ou de Instalação Congênere, bem como as dedicadas ao Atendimento de Suprimentos Logísticos às Operações de Exploração e Produção de Hidrocarbonetos em Águas



Legislação	Objeto
	Jurisacionais Brasileiras, poderão ser objeto de outorga somente na Modalidade de Terminal de Uso Privativo Exclusivo, desde que toda Movimentação de Cargas que nelas ocorrer se destine ao Atendimento de sua Atividade Fim")
<b>Normas Técnicas Ambientais da DPC</b>	
NR 5	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
NR 6	Equipamentos de Proteção na Indústria.
NR 7	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
NR 9	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
NORTAM 06/07	Norma Técnica Ambiental sobre a Separação dos Resíduos Recicláveis descartados pelas Organizações Marítimas Brasileiras.
NORTAM 01/09	Norma Técnica Ambiental para a Coleta e o Transporte de Amostras de Derramamento de óleo e seus Derivados;
NORMAM 20	Divulga a Norma da Autoridade Marítima para o Gerenciamento da Água de Lastro de Navios (NOR-MAM-20/DPC) e Cancela Anexo da NORMAM-08/DPC.
<b>Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego</b>	
NR	Sinalização de Segurança.
NR 1	Disposições Gerais.
NR 4	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.
NR 5	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
NR 6	Equipamento de Proteção Individual - EPI.
NR 11	Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.
NR 12	Máquinas e Equipamentos.
NR 15	Atividades e Operações Insalubres
NR 18	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
NR 23	Proteção contra Incêndios.
NR 24	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.
NR 25	Resíduos Industriais.